

NIPC: 500428344

Ano: 2024

Firma: VASP DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA, S.A.

Prestação de Contas Consolidada

1.ª Declaração do Ano

Data de Receção: 2025-07-29



RELATÓRIO E CONTAS 2024

Índice

3 Relatório único de gestão

- 4 Grupo VASP
- 4 Atividade do Grupo VASP
- 6 Recursos humanos
- 6 Infraestruturas e sistemas de informação
- 7 Sustentabilidade e qualidade
- 7 Responsabilidade social
- 8 Perspetivas futuras
- 8 Situação patrimonial e proposta de aplicação de resultados
- 8 Aspetos de informação institucional e agradecimentos

9 Demonstrações Financeiras Separadas

- 10 Demonstrações da posição financeira
- 11 Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral
- 12 Demonstrações das alterações no capital próprio
- 13 Demonstrações dos fluxos de caixa
- 14 Anexo às demonstrações financeiras

38 Certificação legal das contas



Relatório único de gestão



O Grupo VASP

O Grupo VASP é um grupo empresarial nacional especializado na prestação de serviços de logística integrada (VASP 360), disponibilizando aos seus clientes soluções completas, que abrangem toda a cadeia logística incluindo a integração com lojas online, e-fulfillment, gestão de armazenagem, entrega ao destinatário final, cobrança, devoluções e serviço de apoio a clientes. Estas soluções são desenvolvidas em complemento com a sua oferta base de comércio grossista, oferecendo, desta forma, aos seus clientes um conjunto alargado de soluções especializadas, integradas e de elevado valor acrescentado. O Grupo VASP tem uma atuação bastante diversificada, nomeadamente através da prestação de serviços de correio expresso de distribuição de encomendas, de serviços de armazenagem e logística, de serviços de impressão e também na distribuição e comercialização por grosso de produtos editoriais (publicações e livros), de produtos colecionáveis, de produtos não editoriais (cartões telefónicos, cartões de oferta, artigos de papelaria, artigos para fumadores, produtos alimentares e outros produtos de conveniência) e de jogo social.

A VASP é líder em Portugal na distribuição de produtos e serviços para lojas que comercializam produtos editoriais, culturais e de conveniência, incluindo lojas independentes de proximidade, livrarias, gasolinhas e redes organizadas de retalho alimentar e não alimentar, numa rede de cerca de 7.000 lojas localizadas em todo o território nacional do continente. O modelo de negócio da VASP combina serviços de marketing, de gestão da procura, de distribuição e de logística, os quais são alavancados pelo seu forte conhecimento do mercado nacional e pela sua abrangente rede logística, sendo suportados por uma infraestrutura de sistemas de informação que permite o acesso a um vasto leque de informação relativa a perfis e padrões de compra dos consumidores portugueses.

Em 31 de dezembro de 2024, a Vasp tinha participação nas seguintes empresas:

- ❖ **VASP Premium** - Entrega Personalizada de Publicações, Lda. ("VASP Premium") – empresa dedicada à distribuição de encomendas expresso, aos serviços logísticos 360º prestados a terceiros e à gestão de assinaturas de publicações, incluindo a sua distribuição postal;
- ❖ **DPS** - Digital Printing Services, Lda. ("DPS") - empresa dedicada à impressão, com base em tecnologia digital, de livros, jornais, revistas, brochuras comerciais e documentos transacionais;
- ❖ **SDIM** - Sociedade de Distribuição de Imprensa da Madeira, Lda. ("SDIM") – empresa distribuidora regional e operador postal que assegura a distribuição de publicações e encomendas na região autónoma da Madeira.

Durante o ano 2024 a Vasp passou a ser detida a 100% pelo Grupo BEL, estando integrado na sua estratégia de consolidação num mercado onde quer ser referência em Portugal, estando o Grupo cada vez mais comprometido com a prestação de um serviço de distribuição e logística eficiente, profissional e de proximidade, de acordo com a sua estratégia de crescimento sustentável, nomeadamente no mercado cada vez mais complexo e desafiante da distribuição de imprensa e do livro, em prol do direito à informação e da cultura, honrando o passado da VASP, que presta serviço público, muitas vezes de forma pouco visível e reconhecida.

A integração da VASP no Grupo BEL permite ainda potenciar novas soluções e novos serviços, que serão reforçados para trazer mais conveniência e confiança aos consumidores e às empresas. Projetos como o desenvolvimento de sistemas avançados de rastreamento e otimização de rotas, em parceria com a Active Space Technologies e o Test Bed Active+, demonstram esta visão inovadora para o futuro da VASP. O Grupo Bel pretende ser a grande referência nacional na área da Logística, contando com a VASP para alcançar esse objetivo.

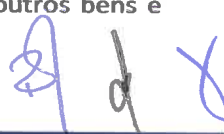
Atividade da VASP

A Vasp prosseguiu, em 2024, a sua estratégia de diversificação e modernização com o objetivo de se tornar a referência em Portugal na distribuição de produtos e serviços de conveniência, compensando, desta forma, a queda estrutural das vendas do mercado de publicações. A prossecução desta estratégia refletiu-se num crescimento sustentado das vendas de Produtos Não Editoriais ("PNE") e na aposta no desenvolvimento da sua atividade de prestação de serviços.

O ano ficou marcado por um ambiente macroeconómico e geopolítico complexo. A persistência da incerteza e a manutenção da inflação em níveis elevados, bem como do agravamento das condições de financiamento, levaram à erosão do poder de compra dos consumidores e ao adiamento das decisões de investimento por parte dos empresários, sendo visível a quebra da procura em muitos sectores da economia, nomeadamente naqueles onde a VASP atua.

A Vasp tem 3 áreas de negócio distintas, estando a empresa organizada de forma a dar o necessário às especificidades de cada uma destas unidades de negócio ("UN"), suportado por uma área de serviços partilhados que dá apoio transversal a todas as UN do Grupo Vasp:

VASP Editorial - Publicações ("VE.P") – correspondentes às vendas de publicações, colecionáveis e outros bens e serviços associados.



VASP Editorial - Livros ("VE.L") – correspondentes às vendas de livros e serviços associados.

VASP não Editorial ("VNE") – relativos a outros produtos, nomeadamente jogos sociais, cartões de oferta, pilhas, produtos de papelaria, entre outros, bem como serviços logísticos e serviços Kios (nomeadamente Kios Kube, Kios Print e Kios Pay).

A evolução dos resultados da VASP nas diversas unidades de negócio foi a seguinte:

	(valores em milhares de Euros)			
	Editorial - Publicações	Editorial - Livros	Não editorial	Vasp Total
Volume de Negócios	118 959	9 555	35 819	164 332
Var. 2024 / 2023	-9,1%	-6,9%	1,3%	-6,9%
Margem Bruta	23 859	3 950	2 127	29 936
Var. 2024 / 2023	1,1%	5,2%	-9,4%	0,8%
Custos Operacionais	(23 700)	(3 300)	(2 008)	(29 008)
Var. 2024 / 2023	0,6%	7,3%	-8,0%	0,6%
EBITDA	2 427	224	698	3 349
Var. 2024 / 2023	-0,7%	-19,2%	-4,9%	-3,1%
Resultados Líquidos	3	70	100	173
Var. 2024 / 2023	101,2%	-27,3%	-57,6%	141,2%

Em termos **Globais**, não obstante a pressão inflacionista da estrutura de custos, nomeadamente no que se refere a energia e ao salário mínimo nacional, a melhoria de margens contratuais e as otimizações efetuadas nos processos operacionais permitiram que a Vasp terminasse o ano com um EBITDA de 3,3M€, que apesar de inferior ao ano anterior evidencia uma quebra bastante inferior ao volume de negócios (-3,1%, vs -6,9%), e um RL de 173k€, 141% acima do ano anterior.

❖ VASP Editorial - Publicações

O segmento editorial das Publicações continua a evidenciar uma tendência estrutural de quebra nas vendas de jornais, revistas e subprodutos associados. Em termos globais venderam-se em média, em 2024, menos 7 mil jornais diários e menos 27 mil publicações semanais em comparação com o ano anterior. Apesar dos aumentos de preço de capa ocorridos, registou-se uma quebra de 9,1% no volume de vendas desta tipologia de produtos. A quebra do consumo foi também visível ao nível dos colecionáveis que após 3 anos de crescimento sucessivo evidenciou uma quebra de 17% face ao ano anterior, estando em grande parte justificado pelo impacto que a venda de cromos do mundial de futebol teve em 2023, bastante superior que o impacto dos cromos do Europeu de futebol em 2024.

A renegociação de contratos de distribuição com editores, a aposta na distribuição de outros produtos editoriais com maior valor acrescentado (em termos de margem) e o desenvolvimento de serviços complementares de apoio aos editores permitiram à Vasp melhorar substancialmente a rentabilidade desta UN, isto apesar da quebra do volume de negócios. A UN de Publicações terminou o ano com resultados líquidos positivos de 3k€, invertendo a situação de prejuízo apurada em 2023 de 260k€.

❖ VASP Editorial - Livros

Do lado da distribuição de livros, a reformulação da estratégia comercial do lado dos supermercados em termos de categoria de produtos levou a uma menor aposta nos livros, justificando a quebra de 6,9% nesta tipologia de produtos, face ao ano anterior.

Dado que a quebra de vendas ocorreu pelo maior volume de devoluções, e não pela menor atividade comercial dos editores, os custos operacionais registaram um aumento de 5,2%, implicando uma redução conjuntural dos resultados nesta UN em 2024.

❖ VASP não Editorial

Com a quebra estrutural do negócio editorial, a Vasp continuou a sua aposta na diversificação de produtos e serviços, enfoque reforçado após a integração no Grupo Bel. 2024 foi um ano de reformulação da estrutura organizativa desta unidade de negócio ("UN") de forma a capacitar a Vasp das competências necessárias para suportar os seus objetivos de crescimento nos próximos anos.

Em termos de mercado, houve um forte aumento da agressividade comercial dos concorrentes da Vasp, nomeadamente nos jogos sociais, obrigando a Vasp a baixar as margens de comercialização nesta tipologia de produtos, facto que justifica a redução de 5% ocorrida no EBITDA. Foi ao nível dos serviços prestados onde se registou o maior crescimento de receitas, evidenciando um aumento de 13% face ao ano anterior.

Esta UN terminou o ano com um volume de negócios de 35,8M€ (+1,3%) e um EBITDA de 698k€ (-4,9%).

Sustentabilidade e Qualidade

A Vasp pretende ter um papel ativo na construção de valor para a sociedade, contribuindo para a adoção de comportamentos mais responsáveis. Definir um caminho de sustentabilidade é prioritário para o grupo, a sustentabilidade faz parte da política de qualidade e ambiente e dos objetivos da Empresa.

As Principais áreas de atuação identificadas pelo Grupo com os objetivos de desenvolvimento sustentável foram as seguintes:

- Sustentabilidade do negócio
- Eficiência das operações
- Soluções na rede de retalho
- Economia circular
- Cumprimento dos requisitos legais
- Geração de emprego
- Combate à iliteracia mediática

No ano de 2024, a VASP desenvolveu diversas ações de melhoria continua associadas ao seu sistema de certificação de Qualidade e Ambiente, com destaque para a estratégia de sustentabilidade e definição dos eixos estratégicos associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis:

- ODS 07 - Energias Renováveis e Acessíveis
- ODS 08 - Trabalho Digno e Crescimento Económico
- ODS 09 - Indústria, Inovação e Infraestruturas
- ODS 13 - Ação Climática
- ODS 12 - Produção e Consumos Sustentáveis



Relativamente aos objetivos de descarbonização da frota, foram mantidos os esforços de criar uma metodologia de utilização de viaturas de distribuição 100% elétrica, tendo como objetivo definir as necessidades operacionais da VASP e racional económico-financeiro, ainda em fase de planeamento.

A utilização de viaturas de serviço mais amigas do ambiente teve uma evolução francamente positiva, tendo a VASP ao seu serviço, no final do ano de 2024, 44 viaturas 100% elétricas, 2 viaturas híbridas “plug-in” e 21 viaturas bi-fuel (gás natural). Este conjunto de viaturas corresponde a 96% da frota de viaturas de serviço.

Para efeitos de controlo e revisão do sistema de gestão, para além da realização do documento de revisão anual pela gestão, foi também efetuada uma revisão do Plano de Ações Riscos & Oportunidades, de forma a refletir as alterações entretanto ocorridas no contexto interno e externo da empresa e garantir um correto acompanhamento da evolução da atividade e da implementação dos vários projetos ao longo do ano.

A organização assegura a identificação e avaliação dos aspetos e impactes ambientais e foram realizadas diversas auditorias ao sistema, tendo sido realizada a auditoria externa de renovação pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER), tendo, após análise e resposta ao relatório de auditoria e do respetivo plano de ações corretivas, resultado na renovação da certificação do Sistema de Gestão Integrado da VASP, através da certificação segundo as normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015.

Responsabilidade Social

Durante o ano de 2024, a VASP voltou a desenvolver e a participar em diversas iniciativas de solidariedade e responsabilidade social, em colaboração com diversas instituições e parceiros:

- i. Desenvolvimento de mais uma campanha de recolha de fundos “Árvore da Solidariedade – Um Gesto por Um Sorriso”, em conjunto com editores e pontos de venda, tendo sido angariado um montante total de cerca de 4.500 Euros, que foram entregues à instituição “Entrajuda” – Banco dos Bens Doados”, para aquisição de ajudas técnicas para pessoas necessitadas.
- ii. Continuação do apoio da VASP a diversas iniciativas de angariação de fundos, promovidas pelos seus editores, com base na venda de publicações cujas receitas reverteram, na totalidade ou em parte, a favor de diversas causas sociais.
- iii. Doação de material danificado na operação de entrega de encomendas (VASP Expresso) ao Banco Alimentar de Bens Doados.

Adicionalmente, a Vasp implementou em 2024 a **Política de Impacto e Responsabilidade Social** que pretende orientar todas as suas ações de impacto social, fomentando um relacionamento positivo e responsável com pessoas e comunidades. Esta política é parte integrante da Estratégia de Sustentabilidade 2030 do Grupo, abordando o pilar social, em conjunto com os pilares de governance e ambiental. O objetivo é garantir um impacto positivo essencialmente na área social, enquanto promove práticas empresariais responsáveis.

Perspetivas futuras

Relativamente ao negócio editorial prevê-se a manutenção da tendência de queda das vendas de publicações que terá de ser compensada com ganhos de produtividade associados a novos projetos de automação e digitalização de processos, bem como através de alterações a introduzir no modelo comercial praticado junto de editores e pontos de venda de publicações. O processo de revisão e renegociação contratual das condições praticadas junto de editores irá permitir ganhar flexibilidade no ajuste das condições comerciais praticadas por forma a que as mesmas reflitam a evolução do mercado e da estrutura de custos, garantindo, desta forma, a sustentabilidade desta área de negócio. Ainda no que diz respeito ao negócio de distribuição de publicações, irá manter-se o esforço de automação e digitalização de processos. No que diz respeito à atividade de transporte de publicações, irá prosseguir o processo de otimização de rotas com recurso a uma ferramenta de planeamento e otimização, estando em desenvolvimento uma nova solução da ferramenta de acompanhamento e controlo de rotas de distribuição.

Relativamente ao negócio de distribuição livreira, irá manter-se a aposta no desenvolvimento na nossa oferta comercial, em particular, através da oferta de soluções de “print on-demand”, tirando partido das capacidades integradas do grupo VASP na área da impressão digital e entrega de encomendas.

No que diz respeito ao segmento não editorial, as expectativas são de forte crescimento desta área de negócio, em particular no segmento Trade (gasolineiras), quer através do estabelecimento de parcerias com novos fornecedores de produtos alimentares, quer através da potenciação das capacidades disponíveis em empresas do grupo BEL, nomeadamente na distribuição grossista de tabaco.

Durante o ano de 2025 irá ser disponibilizada uma nova solução de gestão de armazéns com apoio no picking de um sistema robotizado, projeto este que será desenvolvido no âmbito do apoio concedido pelo PRR ao estabelecimento do Test Bed Active +, consórcio que agrega várias empresas do Grupo BEL e que se torna assim o primeiro Test Bed de inovação situado em Portugal dedicado à validação e escalabilidade de novos materiais, produtos e processos para a Indústria Transformadora, Aeronáutica, Nuclear, Espacial, *Smart Cities* e Energia.

Situação patrimonial e Proposta de Aplicação de Resultados

A VASP apresenta as suas contas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS” / “IFRS”), conforme previsto pelo Decreto-Lei 35/2005.

Relativamente ao resultado líquido individual da VASP do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de 172.755 Euros, propõe-se a sua transferência para resultados transitados.

Aspetos de informação institucional e agradecimentos

Decorrente do processo de concentração com a Deltapress, em 2001, a VASP comprometeu-se a cumprir um determinado conjunto de procedimentos e obrigações junto da Autoridade da Concorrência, que a VASP se encontra a cumprir.

Atendendo à estrutura de governação da Empresa, apenas é considerado “pessoal chave” os membros do Conselho de Administração, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este Órgão. Durante o ano 2024 não se verificaram transações com o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o seu agradecimento a:


- Colaboradores da empresa e os seus Quadros Dirigentes, pela sua dedicação, empenhamento e profissionalismo;
- Instituições de Crédito, pelo apoio que prestaram;
- Editores, pela qualidade das suas publicações, com as quais temos suportado o desenvolvimento do negócio editorial;
- Pontos de Venda, pela sua capacidade de intervenção no mercado e dinamismo na potenciação das vendas;
- Restantes clientes, por terem escolhido o Grupo VASP como seu parceiro;
- Acionistas da VASP pela confiança que depositaram no nosso trabalho e capacidades.

Venda Seca, 28 de abril de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:



Marco Belo Galinha



José Hernani Marques Fernandes



Rui Fernando Baptista Moura



Demonstrações Financeiras Separadas

29 28 8

VASP – Distribuição e Logística, S.A.


Demonstrações da Posição Financeira

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Montantes expressos em Euros)


ATIVO	Notas	2024	2023
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos intangíveis:			
Goodwill	14	5 046 276	5 046 276
Outros ativos intangíveis	14	735 563	713 863
Ativos tangíveis	15	1 641 417	1 708 084
Ativos por direito de uso	15	2 757 506	3 558 916
Participações financeiras	16	1 334 289	1 624 278
Propriedades de investimento	17	163 762	167 997
Empresas do Grupo	28	1 730 000	-
Outros ativos financeiros		24 126	24 126
Ativos por impostos diferidos	13	628 396	681 127
Total de ativos não correntes		14 061 335	13 524 667
ATIVOS CORRENTES:			
Existências	18	1 832 186	1 520 019
Clientes e contas a receber	19	12 591 646	12 259 855
Empresas do Grupo	28	1 346 301	295 117
Outros ativos correntes	20	1 070 539	981 699
Caixa e equivalentes de caixa	21	213 546	831 154
Total de ativos correntes		17 054 218	15 887 844
TOTAL DO ATIVO		31 115 553	29 412 511
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	22	2 331 000	2 331 000
Reserva legal	22	466 200	466 200
Resultados transitados e outras reservas		(376 783)	(448 419)
Resultado líquido do exercício		172 755	71 636
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		2 593 172	2 420 417
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Dívidas a instituições de crédito	21	310 493	478 882
Passivos por locação	24	1 001 782	1 792 181
Total de passivos não correntes		1 312 275	2 271 063
PASSIVOS CORRENTES:			
Dívidas a instituições de crédito	21	3 245 839	1 684 090
Passivos por locação	24	1 769 595	1 838 620
Fornecedores e contas a pagar	23	18 976 675	18 817 377
Outros passivos correntes	25	3 217 997	2 380 944
Total de passivos correntes		27 210 106	24 721 031
TOTAL DO PASSIVO		28 522 381	26 992 094
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		31 115 553	29 412 511


O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024.

O CONTABILISTA CERTIFICADO:


Jorge Manuel Andrade Pião

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:


Marco Belo Galinha


José Hernani Marques Fernandes


Rui Fernando Baptista Moura

VASP – Distribuição e Logística, S.A.**Demonstrações dos Resultados e do outro Rendimento integral****DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2024	2023
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	7	154 752 583	167 950 827
Prestações de serviços	7	9 013 727	8 054 757
Outros proveitos operacionais	8	566 183	515 068
Total de proveitos operacionais		164 332 493	176 520 652
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	11	(134 396 553)	(146 810 054)
Fornecimentos e serviços externos	9	(20 247 019)	(20 135 620)
Custos com pessoal	10	(6 410 455)	(6 169 966)
Amortizações e depreciações	14, 15 e 17	(2 420 555)	(2 565 061)
Provisões e perdas por imparidade	26	132 812	110 634
Outros custos operacionais	8	(62 395)	(60 729)
Total de custos operacionais		(163 404 165)	(175 630 796)
Resultados operacionais		928 328	889 856
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Ganhos em empresas associadas	12 e 16	(289 989)	(301 623)
Outros custos financeiros	12	(374 973)	(281 752)
Outros proveitos financeiros	12	85 604	-
		(579 358)	(583 375)
Resultados antes de impostos		348 970	306 481
Impostos sobre o rendimento do exercício	13	(176 215)	(234 845)
Resultado líquido		172 755	71 636
Rendimento integral do exercício		172 755	71 636
Resultado por Ação			
Básico	32	0,259	0,108
Diluído	32	0,259	0,108

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O CONTABILISTA CERTIFICADO:


Jorge Manuel Andrade Pião

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:


Marco Belo Galinha



José Hernani Marques Fernandes



Rui Fernando Baptista Moura

VASP – Distribuição e Logística, S.A.
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Reserva legal	Resultados transitados e outras reservas	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2 331 000	449 800	(1 725 949)	1 293 930	2 348 781
Aplicação do resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2022	22	-	16 400	1 277 530	(1 293 930)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023		-	-	-	71 636	71 636
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2 331 000	466 200	(448 419)	71 636	2 420 417
Aplicação do resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2023	22	-	-	71 636	(71 636)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	172 755	172 755
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2 331 000	466 200	(376 783)	172 755	2 593 172

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O CONTABILISTA CERTIFICADO:


Jorge Manuel Andrade Pião

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:


Marco Belo Galinha


José Hernani Marques Fernandes


Rui Fernando Baptista Moura

VASP – Distribuição e Logística, S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Montantes expressos em Euros)

Rubrica	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		161 647 312	170 147 110
Pagamentos a fornecedores		(151 293 843)	(166 316 690)
Pagamentos ao pessoal		(3 930 814)	(3 515 273)
Caixa gerada pelas operações		6 422 655	315 147
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(55 591)	(188 266)
Outros recebimentos / (pagamentos)		(4 164 393)	(5 546 283)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2 202 671	(5 419 402)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(106 838)	(243 547)
Ativos intangíveis		(303 908)	(234 223)
Outros ativos		(1 730 000)	-
		(2 140 746)	(477 770)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	16	-	48 000
		-	48 000
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2 140 746)	(429 770)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento	21	-	1 019 993
		-	1 019 993
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	21	(646 980)	(114 641)
Passivos por locação	24	(1 826 242)	(1 860 510)
Juros e gastos similares		(246 651)	(169 476)
		(2 719 873)	(2 144 627)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(2 719 873)	(1 124 634)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		(2 657 948)	(6 973 806)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	21	323 535	7 297 341
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	21	(2 334 413)	323 535

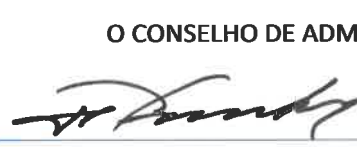
O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O CONTABILISTA CERTIFICADO:


Jorge Manuel Andrade Pião

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:


Marco Belo Galinha


José Hernani Marques Fernandes


Rui Fernando Baptista Moura

VASP – DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em Euros)

1. Nota introdutória

A VASP – Distribuição e Logística, S.A. ("Empresa" ou "VASP") tem sede no Media Logistics Park, Quinta do Grajal, Venda Seca, foi constituída em 19 de fevereiro de 1975 e tem como atividade principal a distribuição, comercialização e o fornecimento de publicações jornalísticas e editoriais, a mediação de jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia e a distribuição, comercialização e o fornecimento de outros bens e serviços junto da sua rede de pontos de venda. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 28 de abril de 2025 pela Administração da VASP.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, organizados e elaborados segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia para o exercício com início em 1 de janeiro de 2024.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelos *Standing Interpretation Committee* ("SIC") e *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), respetivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A VASP adotou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras separadas pela primeira vez no exercício de 2011, pelo que nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de janeiro de 2010.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a VASP declara que estas demonstrações financeiras e respetivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Estas demonstrações financeiras anexas refletem apenas as contas individuais da Empresa nos termos legais para a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. As participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas foram registadas pela equivalência patrimonial de acordo com o disposto na IAS 27, pelo que estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos ativos, passivos, proveitos e custos de empresas do Grupo.

A Empresa irá apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os IFRS, tal como aprovadas pela União Europeia, as quais refletem, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças:

	Aumentos / (Diminuições)
Total do ativo líquido	9 292 716
Total do passivo	4 716 319
Total do capital próprio	4 576 397
Resultado líquido do exercício	-
Proveitos totais	15 700 947
Custos totais antes de impostos	(15 779 348)

Nas demonstrações financeiras consolidadas as IFRS foram adotadas em 2004, com referência a 1 de janeiro desse ano.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração verificou a manutenção dos ativos correntes inferiores aos passivos correntes, associado ao modelo de negócio da Vasp, o qual apresenta, estruturalmente, uma muito maior rotação do ativo corrente do que o registado no passivo corrente (o prazo medio de pagamento é cerca de 300% superior ao prazo médio de recebimento).

A Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Administração, tendo em consideração o plano de tesouraria para 2025 e os plafonds de crédito disponíveis no valor de, aproximadamente, 9.300.000 Euros, tem recursos suficientes para fazer face às suas responsabilidades.

22 Adoção de IAS/IFRS novos ou revistos

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IAS 1 - Classificação de passivos como correntes e não correntes e Passivos não correntes com covenants)	1-jan-24	<p>Estas alterações clarificam as orientações existentes na IAS 1 relativas à classificação de passivos financeiros entre corrente e não corrente, esclarecendo que a classificação deverá ser aferida em função do direito que uma entidade tenha de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>Em particular, as alterações (i) clarificam o conceito de ‘liquidação’ indicando que se o direito de uma entidade adiar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants futuros, a entidade tem o direito de adiar a liquidação do passivo mesmo que não cumpra com esses covenants no final do período de relato; e (ii) esclarecem que a classificação dos passivos não é afetada pela expectativa da entidade (tendo por base a existência ou não do direito, devendo desconsiderar qualquer probabilidade de exercer ou não tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um covenant.</p> <p>Se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.</p>
Alterações à IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações: Acordos de financiamento de fornecedores	1-jan-24	<p>Estas alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações visam esclarecer as características de um acordo de financiamento de fornecedores, e introduzem requisitos de divulgação adicionais quando tais acordos existam. Os requisitos de divulgação destinam-se a auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento do fornecedor quanto aos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.</p>
Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação	1-jan-24	<p>Esta alteração à IFRS 16 -Locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“sale & leaseback”) que qualificam como uma “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.</p> <p>Na mensuração subsequentemente do passivo de locação, o vendedor-locatário deverá determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.</p>

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações a IAS 21 - Os Efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	1-jan-25	<p>Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período.</p> <p>A alteração específica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução.</p> <p>Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.</p> <p>A adoção antecipada é permitida, contudo deverão ser divulgados os requisitos de transição aplicados</p>

Estas emendas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontravam ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1-jan-26	<p>Estas alterações resultam essencialmente do projeto de revisão da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Post Implementation Review – PIR IFRS 9) e clarificam os seguintes aspetos relativos a instrumentos financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esclarece que um passivo financeiro é desreconhecido na "data de liquidação", ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada, cancelada, expira ou o passivo de outra forma se qualifica para desreconhecimento. No entanto, é introduzida a possibilidade de uma entidade optar por adotar uma política contabilística que permita desreconhecer um passivo financeiro que seja liquidado através de um sistema de pagamentos eletrónico, antes da data de liquidação, desde que verificado o cumprimento de determinadas condições. • Esclarece de que forma uma entidade deve avaliar as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que incluem variáveis relativas a fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) e outras características contingentes semelhantes. • Requer divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros sujeitos a um evento contingente (incluindo variáveis ESG) e instrumentos de capital classificados ao justo valor através de outro rendimento integral. <p>A adoção antecipada é permitida. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Contudo, uma entidade não é obrigada a reexpressar o período comparativo, sendo os potenciais impactos da aplicação desta alteração reconhecidos em resultados transitados no exercício em que a alteração é aplicável.</p>
Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis	1-jan-26	<p>As alterações referem-se especificamente a acordos de compra de energia renovável cuja fonte de produção é dependente da natureza, de modo que o fornecimento não pode ser garantido em horários ou volumes específicos. Neste sentido, estas alterações vêm clarificar a aplicação dos requisitos de "uso próprio" em acordos de compra de energia, bem como o facto de ser permitido aplicar contabilidade de cobertura quando esses contratos sejam usados como instrumentos de cobertura. A aplicação antecipada é permitida, exceto quanto às orientações relativas à contabilidade de cobertura que deverá ser aplicada prospectivamente a novos relacionamentos de cobertura, assim designados em ou após a data de aplicação inicial.</p>



Melhorias anuais às IFRS (Volume 11)

1-jan-26

Ciclicamente são introduzidas melhorias que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional, através de pequenas alterações consideradas não urgentes. As principais alterações incluídas neste volume referem-se:

- IFRS 1 (Contabilidade de cobertura na adoção pela primeira vez das normas IFRS): Esta alteração visa a atualização das referências cruzadas nos parágrafos B5 e B6 da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para os critérios elegibilidade da contabilidade de cobertura na IFRS 9 para os parágrafos 6.4.1(a), (b) e (c).
- IFRS 7 (Ganho ou perda no desreconhecimento): Esta alteração visa atualizar a linguagem relativa aos dados de mercado não observáveis incluídos no parágrafo B38 da IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como adicionar referências para os parágrafos 72 e 73 da IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor.
- IFRS 7 (Orientações de implementação): Diversos parágrafos relativos às orientações de implementação da IFRS 7 foram alterados por razões de consistência e clareza.
- IFRS 9 (Desreconhecimento de passivos de locação): Esta alteração vem clarificar que quando um passivo financeiro é extinto de acordo com a IFRS 9, o locatário deverá aplicar o parágrafo 3.3.3 da IFRS 9 e reconhecer o ganho ou perda que resulte desse desreconhecimento.
- IFRS 9 (Preço da transação): Com esta alteração a referência ao “preço da transação” no parágrafo 5.1.3 da IFRS 9 é substituída por “montante determinado pela aplicação da IFRS 15”.
- IFRS 10 (Determinação de agente ‘de facto’): Alteração efetuada ao parágrafo B74 da IFRS 10, a qual vem clarificar que a relação descrita nesse parágrafo é apenas um exemplo de várias possíveis entre o investidor e outras partes atuando como agentes de facto. O objetivo desta alteração é remover a inconsistência com o requisito do parágrafo B73 segundo o qual uma entidade deve utilizar o seu julgamento na avaliação de outras partes possam atuar como agentes ‘de facto’.
- IAS 7 (Método do custo): Substituição do termo “método do custo” por “ao custo” no parágrafo 37 da IAS 7 após a eliminação da definição de “método do custo”.

A aplicação antecipada é permitida.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

1-jan-27

A IFRS 18 vem substituir a IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e surge em resposta às solicitações dos investidores que procuram informação relativa à performance financeira. Com a introdução dos novos requisitos da IFRS 18, os investidores terão acesso a informação mais transparente e comparável sobre o desempenho financeiro das empresas, tendo como objetivo assim melhores decisões de investimento. A IFRS 18 introduz essencialmente três conjuntos de novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro:

- Comparabilidade da demonstração dos resultados: A IFRS 18 introduz três categorias definidas para rendimentos e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as empresas forneçam novos subtotais definidos, incluindo o resultado operacional. A nova estrutura e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para a análise do desempenho das empresas facilitando a sua comparação.
- Transparência das medidas de desempenho definidas pela Gestão: A IFRS 18 vem exigir que se divulguem informações adicionais sobre os indicadores específicos de performance da empresa relacionados com a demonstração dos resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Gestão.
- Agregação e desagregação de itens nas demonstrações financeiras: A IFRS 18 estabelece orientações sobre o modo como os itens da demonstração dos resultados devem ser agregados. A aplicação é retrospectiva e é permitida a adoção antecipada desde que a opção seja divulgada.

IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações

1-jan-27

A IFRS 19 permite às entidades elegíveis a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS.

A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das normas IFRS. São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e (ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário.

A aplicação é opcional. Aplicação antecipada é permitida. As entidades que adotarem antecipadamente devem divulgar e alinhar as divulgações no período comparativo com as do período atual.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas

23. Ativos intangíveis

• GOODWILL

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis de uma subsidiária ou associada na respetiva data de aquisição. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral do exercício em que ocorre a aquisição.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a depreciação, sendo apresentado autonomamente na demonstração de Posição Financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia.

• OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os outros ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade. As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade, com o período de vida útil estimado de três anos.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral quando incorridos, exceto quando os custos de desenvolvimento estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a VASP. Nestas situações estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

24. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. Os adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição.

Decorrente da exceção prevista no IFRS 1, as reavaliações efetuadas antes da data de transição foram mantidas, designando-se esse valor como custo considerado para efeitos de IFRS.

A partir dessa data, os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, se aplicável. Considera-se como custo de aquisição o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida de resultados do exercício.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual (quando relevante), de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 4

25. Locações

A Empresa avalia se um contrato contém ou não um ativo por direito de uso no início do contrato. A Empresa reconhece um ativo por direito de uso e o correspondente passivo por direito de uso em relação a todos os contratos de locação em que é locatário, exceto locações de curto prazo (prazo de 12 meses ou inferior) e locações de baixo valor. Para esses contratos, a Empresa reconhece os gastos de locação numa base linear como um gasto operacional.

O passivo por direito de uso é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de cada locação, descontados com base na taxa de juro implícita da locação. Se essa taxa de juro implícita não for imediatamente determinável, a Empresa utiliza sua taxa de juro incremental.

Os pagamentos da locação incluídos na mensuração do passivo por direito de uso incluem:

- Pagamentos fixos em substância da locação (*in-substance fixed payments*), líquidos de quaisquer incentivos associados à locação;
- Pagamentos variáveis com base em índices ou taxas;
- Expectativa de pagamentos relativos a garantias de valor residual;
- Preço do exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que a Empresa venha a exercer a opção; e
- Penalidades de cláusulas de término ou renovações unilateralmente exercíveis se for razoavelmente certo que a Empresa venha a exercer a opção de terminar ou renovar o prazo da locação.

O passivo por direito de uso é mensurado subsequentemente, aumentando por conta do juro especializado (reconhecido na demonstração dos resultados), reduzindo pelos pagamentos de locação efetuados. O seu valor contabilístico é remensurado para refletir um eventual *reassessment*, quando exista uma modificação ou revisão dos pagamentos fixos em substância.

O passivo por direito de uso é remensurado, sendo efetuado o correspondente ajuste no ativo por direito de uso, relacionado, sempre que:

- Ocorram eventos ou alterações significativas que estejam sob o controlo do locatário, no prazo da locação ou no direito de exercício da opção de compra em resultado de um evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias. Nesse caso, o passivo por direito de uso é remensurado tendo por base os pagamentos atuais da locação, utilizando uma nova taxa de desconto;
- Os pagamentos da locação sejam modificados devido a alterações num índice ou taxa ou uma alteração no pagamento esperado sob um valor residual garantido, caso em que a responsabilidade do locatário é remensurada, descontando o novo passivo de locação utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos da locação seja devida a uma alteração com base numa taxa de juro flutuante, caso em que é usada uma nova taxa de desconto);
- Um contrato de locação seja modificado e a modificação da locação não seja contabilizada como uma locação separada. Nesse caso, o passivo por direito de uso é remensurado com base no prazo modificado da locação, descontando os novos pagamentos utilizando uma taxa de desconto apurada na data efetiva da modificação.

Os passivos de locação são apresentados na demonstração da posição financeira na linha de empréstimos obtidos, e são devidamente identificados nas notas às demonstrações financeiras.

Os ativos por direito de uso correspondem à mensuração inicial do passivo de locação correspondente, acrescida de pagamentos de locação antes ou na data de início da locação e acrescida dos gastos diretos iniciais eventuais e deduzidos de eventuais montantes recebidos. Os ativos por direito de uso são mensurados subsequentemente ao custo deduzido de depreciações e imparidades acumuladas.

Sempre que a Empresa espere vir a incorrer em custos de desmantelamento do ativo por direito de uso, ou em gastos com a reparação do local onde o mesmo se encontra instalado ou do ativo subjacente à locação por via de condição exigida pelos termos e condições do contrato de locação, é reconhecida uma provisão e mensurada de acordo com a IAS 37. Os referidos gastos são incluídos no ativo por direito de uso relacionado, na medida em que os gastos estejam relacionados com o mesmo.

Os ativos de direito de uso são depreciados pelo menor período de entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente.

Se um arrendamento transferir a propriedade do ativo subjacente ou o preço do direito de uso refletir que a Empresa espera exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação inicia-se na data de início do contrato de locação.

Os ativos sob direito de uso são apresentados na mesma linha de itens em que seriam apresentados os respectivos ativos subjacentes, caso fossem propriedade sua, e são devidamente identificados nas notas às demonstrações financeiras. A Empresa aplica a IAS 36 na determinação do valor recuperável do ativo subjacente, sempre que necessário.

As parcelas de renda variável que não dependam de um índice ou de uma taxa não são incluídas na mensuração do passivo e do ativo por direito de uso. Os respectivos pagamentos são reconhecidos como um gasto operacional, na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

A IFRS 16, através de um expediente prático, permite que, por classe de ativo, o locatário não separe os componentes de locação dos que não são de locação que possam estar previstos no mesmo contrato e, alternativamente, considere os mesmos como um componente único do contrato. A Empresa utiliza o referido expediente prático nos contratos de locação de viaturas. Para contratos que contêm um componente de locação e um ou mais componentes que não sejam de locação, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de locação com base no preço independente de cada componente e no preço independente agregado dos componentes da não locação.

26. Investimentos em empresas do Grupo e Associadas

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária e associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

As aquisições de subsidiárias e associadas são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo da concentração é determinado como o agregado, na data da aquisição, de: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas; e (c) justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa em troca da obtenção de controlo sobre aquelas entidades. O excesso do custo da concentração relativamente ao justo valor da participação da Empresa nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo da concentração for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Quando aplicável, o custo da concentração ou aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registadas por contrapartida do correspondente goodwill.

27. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, terrenos e edifícios detidos para venda ou arrendamento, e não para uso na produção, ou fornecimento de bens e serviços, ou fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas inicialmente ao custo de aquisição acrescido dos custos de transação, tendo a Empresa optado pela sua mensuração ao custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os custos incorridos com manutenção, reparação, seguros e impostos suportados, assim como os possíveis rendimentos auferidos das propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral do exercício a que respeitam.

As propriedades de investimento encontram-se a ser depreciadas pelo período de 50 anos.

28. Instrumentos financeiros

• CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As dívidas de clientes e outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao custo amortizado, na medida em que se espera o seu recebimento no curto prazo e que este não difere materialmente do seu justo valor à data da contratação, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas por imparidade em dívidas de clientes e outras contas a receber correspondem, essencialmente, à diferença entre o montante inicialmente registado e o montante que a Empresa estima que venha a ser recebido do devedor. A Empresa estima as perdas por imparidade com base na antiguidade de saldos das entidades em causa, nas garantias que possa existir para cada entidade, na expectativa histórica com cada entidade e na informação recolhida pelo departamento financeiro, relativa à sua situação financeira e aos eventuais motivos que possam existir para atrasos nos pagamentos.

A Empresa reconhece uma perda de crédito esperada sobre investimentos em instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado. Os montantes de perdas de crédito esperadas são atualizados em cada data de relato para refletir as alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de perdas preparada com base na experiência histórica de perdas por imparidade de contas a receber da Empresa por tipologia de transações, ajustada por fatores específicos dos devedores, condições económicas gerais e uma avaliação tanto das condições atuais como da previsão de condições na data de relato, incluindo o valor temporal do dinheiro, quando apropriado.

As perdas de imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do período em que são estimadas.

• CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

• CONTAS A PAGAR

As contas a pagar não vencem juros e são registadas ao custo amortizado. Geralmente, o custo amortizado desses passivos não difere do seu valor nominal.

• DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. A Empresa, desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

29. Existências

As existências encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

2.10. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pela Empresa quando, e somente quando, existe uma obrigação presente (legal ou implícita) para a Empresa resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos, e cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

As provisões para custos de reestruturação apenas são reconhecidas quando existe um plano formal e detalhado, identificando as principais características do projeto e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas. O montante das provisões é revisto e ajustado à data de cada demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado (Nota 27), a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.11. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento são registados de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislação fiscal aplicável, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os valores tributários e contabilísticos dos ativos e passivos, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

A Empresa não tem operações com diferenças tributárias que originem passivos por impostos diferidos.

2.12. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas (que respeitam essencialmente à venda de jornais, revistas, livros e outros produtos) são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral quando transfere o controlo dos ativos vendidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os custos e proveitos relativos à venda de publicações são registados no mês da sua circulação. Os custos e proveitos são inicialmente registados pelo valor da previsão de vendas e posteriormente são ajustados em função das vendas reais.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral no momento da sua ocorrência. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data da sua faturação. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são determinados com base em estimativas.

2.13. Imparidade de ativos (exceto goodwill)

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios de imparidade, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda de imparidade, se alguma. Nas situações em que o ativo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Quando o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral no período a que se refere.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral. Esta reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.14. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira, publicadas pelas instituições financeiras. As diferenças de

câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registados como proveitos e custos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral do exercício.

2.15. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações da Empresa, ou que são detidos com a intenção de transação em prazo inferior a um ano.

2.16. Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3. Alterações de políticas, estimativas e erros fundamentais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício anterior, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

Em resultado de incertezas inerentes à atividade, a base dos valores estimados é a última informação disponível fiável, estando as principais estimativas relacionadas com a determinação do período de vida útil dos ativos fixos tangíveis, análises de imparidade (*goodwill* e outros ativos) e estimativas de venda de publicações e outros produtos em banca.

A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante.

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

Quando são identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, de acordo com os IFRS, procede-se à correção retrospectiva da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do período em que são identificados.

4. Empresas subsidiárias

As empresas subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. As suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação
Vasp Premium – Entrega Personalizada de Publicações, Lda. ("Vasp Premium")	Venda Seca	99,7%
DPS – Digital Printing Services, Lda. ("DPS")	Venda Seca	90%

5. Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. A sua sede e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pela Empresa é como segue:

Descrição	Sede	Percentagem de participação
Sdim - Sociedade de Distribuição de Imprensa da Madeira, Lda. ("Sdim")	Funchal	40%

As últimas demonstrações financeiras aprovadas da Sdim correspondem ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

6. Relato por segmentos

A identificação dos segmentos reportáveis pela Empresa assenta na combinação das diferenças nos produtos e serviços sendo consistentes com a forma como a VASP analisa o seu negócio, não existindo desvios após a entrada em vigor daquela norma, face à informação anteriormente reportada pela Empresa.

Assim, tendo em consideração os fatores acima mencionados, a VASP identificou os seguintes segmentos reportáveis:

VASP Editorial - Publicações ("VE.P") – correspondentes às vendas de publicações, colecionáveis e outros bens e serviços associados.

VASP Editorial - Livros ("VE.L") – correspondentes às vendas de livros e serviços associados.

VASP não Editorial ("VNE") – relativos a outros produtos, nomeadamente jogos sociais, cartões de oferta, pilhas, produtos de papelaria, entre outros, bem como serviços logísticos e serviços Kios (nomeadamente Kios Kube, Kios Print e Kios Pay).

A maioria das receitas e dos resultados operacionais sem amortizações ("EBITDA") da Empresa são geradas em território nacional e a totalidade dos ativos estão localizados em território nacional, sendo o relato por segmento de negócio, bem como os ativos, passivos e outra informação adicional relevante por segmentos, e a respetiva reconciliação para o total como segue:

	2024				2023			
	Editorial - Publicações	Editorial - Livros	Não editorial	Total	Editorial - Publicações	Editorial - Livros	Não editorial	Total
Vendas	111 564 786	9 302 128	33 885 669	154 752 583	124 223 209	10 085 294	33 642 324	167 950 827
Prestações de serviços	6 827 813	252 650	1 933 264	9 013 727	6 168 013	178 971	1 707 773	8 054 757
Outros proveitos operacionais	566 183	-	-	566 183	515 068	-	-	515 068
Proveitos totais	118 958 782	9 554 778	35 818 933	164 332 493	130 906 290	10 264 265	35 350 097	176 520 652
EBITDA	2 427 316	223 833	697 734	3 348 883	2 444 401	276 852	733 664	3 454 917
Resultados do segmento	3 222	69 829	99 704	172 755	(259 633)	96 112	235 157	71 636
Ativos não correntes	11 865 828	554 734	1 640 773	14 061 335	11 230 990	1 011 672	1 282 005	13 524 667
Ativos correntes	8 558 041	4 761 551	3 734 626	17 054 218	11 727 728	28 366	4 131 750	15 887 844
Total do ativo	20 423 869	5 316 285	5 375 399	31 115 553	22 958 718	1 040 038	5 413 755	29 412 511
Passivos não correntes	633 904	198 342	480 029	1 312 275	1 565 709	431 579	273 775	2 271 063
Passivos correntes	24 054 654	865 025	2 290 427	27 210 106	23 794 544	269 318	657 169	24 721 031
Total do passivo	24 688 558	1 063 367	2 770 456	28 522 381	25 360 253	700 897	930 944	26 992 094
Outras informações								
Custos com pessoal	167	13	15	195	172	13	15	200

7. Vendas e prestações de serviços por atividade

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as vendas e prestações de serviços são como seguem:

	2024	2023
Vendas		
Jornais	52 002 429	56 850 339
Revistas	35 371 036	37 358 307
Produtos não editoriais	33 885 669	33 642 324
Colecionáveis	16 912 487	20 434 263
Subprodutos	4 143 283	5 064 697
Livros	9 302 128	10 085 294
Outros	3 135 551	4 515 603
TOTAL DE VENDAS	154 752 583	167 950 827
Prestações de serviços:		
Comparticipação custos entrega	3 162 289	3 334 567
Serviços de logística	1 517 917	1 409 770
Serviços de distribuição	1 575 817	1 007 850
Serviços Kios	1 869 226	1 355 218
Serviços de expedição	420 634	425 595
Outros serviços secundários	467 845	521 757
TOTAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	9 013 727	8 054 757
TOTAL VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	163 766 310	176 005 584

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram realizadas as seguintes transações com empresas do Grupo, associadas e partes relacionadas (Nota 28):

- Vendas nos montantes de 4.505.453 Euros e 2.290.078 Euros, respetivamente.
- Prestação de serviços nos montantes de 1.715.390 Euros e 789.923 Euros, respetivamente.

8. Outros proveitos e custos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros proveitos e custos operacionais são como segue:

	2024	2023
Outros proveitos operacionais		
Proveitos suplementares	377 400	360 700
Descontos de pronto pagamento obtidos	71 209	15 623
Outros proveitos e ganhos operacionais	117 574	138 745
	566 183	515 068
Outros custos operacionais		
Impostos	21 177	28 709
Donativos	7 000	8 370
Outros custos e perdas operacionais	34 218	23 650
	62 395	60 729

9. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os Fornecimentos e serviços externos são como segue:

	2024	2023
Subcontratos	15 849 946	16 124 647
Trabalhos especializados	1 205 348	649 521
Conservação e reparação	721 116	755 593
Rendas e alugueres	649 064	594 701
Consumíveis e outros materiais	486 540	548 739
Energia e fluidos	338 202	340 144
Outros	996 803	1 122 275
	20 247 019	20 135 620

10. Custos com o pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os custos com pessoal são como segue:

	2024	2023
Salários e outros custos com o pessoal	5 158 385	5 049 784
Encargos sobre remunerações	1 094 314	1 065 169
Indeminizações	157 756	55 013
	6 410 455	6 169 966

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o número médio de pessoal ao serviço da empresa foi de 195 e 200 empregados, respetivamente.

11. Custo das mercadorias vendidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os custos das mercadorias vendidas são como segue:

	2024	2023
Jornais	44 738 580	49 131 198
Revistas	30 706 291	32 407 404
Produtos não editoriais	31 869 128	31 594 806
Colecionáveis	13 917 298	17 673 475
Subprodutos	3 809 129	4 656 158
Livros	7 427 876	7 917 043
Outros	1 928 251	3 429 970
	134 396 553	146 810 054

12. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 têm a seguinte composição:

	2024	2023
Ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas		
Perdas em empresas do grupo (Nota 16)	(406 161)	(337 453)
Ganhos em empresas do grupo (Nota 16)	67 827	16 012
Ganhos em empresas associadas (Nota 16)	48 345	19 818
	(289 989)	(301 623)
Outros custos financeiros:		
Juros suportados	(300 526)	(208 380)
Comissões bancárias	(74 447)	(73 371)
	(374 973)	(281 752)
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	85 604	-

13. Diferenças entre resultados contábilístico e fiscal

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 21% sobre a matéria coletável acrescidos de uma Derrama Estadual conforme segue:

- i) 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- ii) 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- iii) 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

De acordo com esta legislação, os dividendos recebidos das empresas participadas e as perdas de imparidade do *goodwill* decorrente da aquisição de partes de capital não são considerados para efeitos fiscais.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2024 a VASP e as suas participadas VASP Premium e DPS estão abrangidas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto no Artigo 69º do CIRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da empresa e das suas participadas concorrem para a matéria coletável da entidade dominante.

De acordo com a legislação em vigor, a dedução dos prejuízos fiscais está limitada a 65% do lucro tributável. Não obstante, a Lei nº 27-A/2023 de 24 de julho de 2020 criou um regime especial de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 que elevou em 10 pontos percentuais a limitação da dedução ao lucro tributável, na parte que respeita aos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021. Adicionalmente, desde 1 de janeiro de 2023, não há limite temporal para a dedução de prejuízos fiscais. Esta regra aplica-se à dedução de prejuízos fiscais contra o lucro tributável de exercícios fiscais com início em ou após essa data, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontrasse em curso.

A VASP contabiliza os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre as bases contabilísticas e fiscais dos seus ativos e passivos, tendo avaliado os impostos diferidos a reconhecer em resultado de prejuízos fiscais reportáveis e dos ajustamentos de conversão para IFRS. No caso dos impostos diferidos ativos, os mesmos só foram registados na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Em 31 de dezembro de 2024 existem prejuízos fiscais reportáveis em aberto no montante de 2.657.636 Euros.

• DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS – MOVIMENTOS NOS ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ativos por impostos diferidos eram relativos às imparidades com clientes (Nota 26) e prejuízos fiscais reportáveis e o movimento ocorrido foi como segue:

	Prejuízos fiscais reportáveis	Imparidades de clientes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	628 274	134 185	762 459
Reversão / utilização	(75 625)	(5 707)	(81 332)
Reforço	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	552 649	128 478	681 127
Reversão / utilização	-	(58 186)	(58 186)
Reforço	5 455	-	5 455
Saldo em 31 de dezembro de 2024	558 104	70 292	628 396

• RECONCILIAÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o imposto sobre o rendimento é como segue:

	2024	2023
Resultado antes de impostos	348 970	306 481
Diferenças permanentes (i)	335 806	360 680
Diferenças temporárias (ii)	(277 074)	203 056
Matéria coletável	407 702	870 217
Taxa nominal efetiva de imposto	21,0%	21,0%
	85 617	182 746
Ajustamentos à coleta (iii)	31 974	49 066
Derrama	6 108	12 147
Acerto estimativa para impostos	52 516	(9 114)
	90 598	52 099
Imposto sobre o rendimento do exercício	176 215	234 845

(i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 este montante tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 12)	289 989	301 623
Prémios de seguros e contribuições	27 291	17 860
Outras rubricas, líquidas	18 526	41 197
	335 806	360 680

(ii) Este montante é relativo a diferenças temporárias na matéria coletável associadas ao registo de imparidades com contas a receber.

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas.



14. Ativos intangíveis• *Goodwill*

O *goodwill* em 31 de dezembro de 2024 e 2023 ascende a 5.046.276 Euros, tendo resultado da aquisição da participação financeira na Totalpress ocorrida em 17 de junho de 2002, entretanto liquidada em 27 de novembro de 2006, e cujo negócio foi transferido para a esfera da VASP. No cumprimento das disposições do IAS 36, a VASP procede anualmente a análises de imparidade deste *goodwill*, com base em avaliações efetuadas internamente, com base no plano de negócio relativo à venda de produtos editoriais, concluindo que o valor contabilizado é inferior ao seu valor recuperável. O método de avaliação usado é o "discounted cash-flow", tendo sido utilizada uma taxa de desconto de 5,85% para o ano de perpetuidade (taxa de desconto média de 5,89% ao longo da projeção). No cálculo da perpetuidade não foi utilizada nenhuma taxa de crescimento.

A análise efetuada pelo Grupo teve por base o orçamento de 2024 que reflete as perspetivas de evolução do mercado onde o Grupo opera, nomeadamente:

- ✓ Quebra de circulação das publicações de cerca 6% ao ano, em linha com histórico recente, cujo efeito é atenuado por aumentos dos preços de capa;
- ✓ Relativamente ao negócio dos livros, prevê-se a manutenção da quota de mercado da Vasp e um crescimento marginal em linhas com o histórico recente do mercado;
- ✓ Crescimento da circulação de outros produtos, nomeadamente produtos colecionáveis, em linha com as tendências dos últimos anos, tendo em atenção a sazonalidade de alguns colecionáveis (nomeadamente colecionáveis associados a eventos desportivos);
- ✓ Crescimento sustentado do negócio não editorial;
- ✓ Crescimento das entregas de encomendas expresso, refletindo o crescimento da quota de mercado do Grupo Vasp;
- ✓ Crescimento dos serviços logísticos prestados a terceiros no âmbito da unidade de negócio Vasp 360º.
- ✓ Foi também considerada a continuação das alterações na política comercial praticada pela VASP na comercialização de produtos de imprensa de forma a assegurar a sustentabilidade do negócio de distribuição de imprensa escrita em Portugal.

Em resultado das análises de imparidade efetuadas, com base nas metodologias e pressupostos acima referidos, a Empresa concluiu que não existem perdas estimadas de imparidade a reconhecer em 31 de dezembro de 2024. Uma variação positiva ou negativa de 0,5% nos pressupostos-chave (Margem bruta de vendas, custo de transporte e prestações de serviços) em que assenta o valor recuperável das unidades geradoras de caixa, e uma variação na ordem dos 0,5% na taxa de desconto, não originaria um impacto materialmente relevante.

• OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, bem como nas respetivas amortizações acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi como segue:

	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
ATIVO BRUTO				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3 391 558	72 153	184 542	3 648 253
Aquisições	-	-	291 245	291 245
Transferências	49 583	-	(49 583)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3 441 141	72 153	426 204	3 939 498
Aquisições	-	-	212 446	212 446
Transferências	67 773	-	(67 773)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3 508 914	72 153	570 877	4 151 944
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2 897 677)	(69 289)	-	(2 966 966)
Reforço	(258 472)	(197)	-	(258 669)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3 156 149)	(69 486)	-	(3 225 635)
Reforço	(190 548)	(198)	-	(190 746)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3 346 697)	(69 684)	-	(3 416 381)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	284 992	2 667	426 204	713 863
Valor líquido em 31 de dezembro de 2024	162 217	2 469	570 877	735 563

15. Ativos fixos tangíveis• **ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos nos ativos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram como segue:

31 de dezembro de 2024	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento transporte	Outras ativos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
ATIVO BRUTO								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	80 077	3 567 679	5 477 523	1 779 344	26 930	294 761	49 409	11 275 723
Aquisições	-	94 013	34 632	6 742	-	-	243 165	378 552
Alienações e abates	-	-	-	(342)	-	-	-	(342)
Transferências	-	-	64 700	-	-	-	(64 700)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	80 077	3 661 692	5 576 855	1 785 744	26 930	294 761	227 874	11 653 933
DEPRECIACÕES ACUMULADAS								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(2 817 427)	(4 820 920)	(1 621 687)	(21 335)	(286 270)	-	(9 567 639)
Reforço	-	(174 569)	(190 328)	(73 268)	(4 206)	(2 619)	-	(444 990)
Alienações e abates	-	-	-	113	-	-	-	113
Transferências	-	-	(9 210)	9 210	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(2 991 996)	(5 020 458)	(1 685 632)	(25 541)	(288 889)	-	(10 012 516)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2024	80 077	669 696	556 397	100 112	1 389	5 872	227 874	1 641 417

31 de dezembro de 2023	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento transporte	Outras ativos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
ATIVO BRUTO								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	80 077	3 484 502	4 584 986	1 659 385	26 930	292 231	49 188	10 177 299
Aquisições	-	83 177	98 317	120 131	-	2 530	221	304 376
Alienações e abates	-	-	-	(172)	-	-	-	(172)
Transferências	-	-	794 220	-	-	-	-	794 220
Saldo em 31 de dezembro de 2023	80 077	3 567 679	5 477 523	1 779 344	26 930	294 761	49 409	11 275 723
DEPRECIACÕES ACUMULADAS								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(2 642 202)	(4 262 640)	(1 542 649)	(17 128)	(282 281)	-	(8 746 900)
Reforço	-	(175 225)	(146 503)	(79 210)	(4 207)	(3 989)	-	(409 134)
Alienações e abates	-	-	-	172	-	-	-	172
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(2 817 427)	(4 820 920)	(1 621 687)	(21 335)	(286 270)	-	(9 567 639)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	80 077	750 252	656 603	157 657	5 595	8 491	49 409	1 708 084

• **ATIVOS POR DIREITOS DE USO**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos nos ativos por direito de uso, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram como segue:

31 de dezembro de 2024	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento transporte	Total
ATIVO BRUTO					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3 783 075,0	1 258 986,0	616 796,0	1 039 393,0	6 698 250,0
Novos contratos de locação	429 469	87 344	(220 690)	683 049	979 172
Extinção de contratos de locação	(811 648)	(262 544)	(38 736)	(291 740)	(1 404 668)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3 400 896	1 083 786	357 370	1 430 702	6 272 754
DEPRECIACÕES ACUMULADAS					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1 935 798)	(400 756)	(339 037)	(463 743)	(3 139 334)
Depreciações do exercício	(1 187 562)	(262 544)	(38 736)	(291 740)	(1 780 582)
Redução	811 648	262 544	38 736	291 740	1 404 668
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2 311 712)	(400 756)	(339 037)	(463 743)	(3 515 248)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2024	1 089 184	683 030	18 333	966 959	2 757 506

31 de dezembro de 2023

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento transporte	Total
ATIVO BRUTO					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3 806 593	1 085 923	943 149	567 406	6 403 071
Novos contratos de locação	(23 518)	683 943	146 772	517 718	1 324 915
Extinção de contratos de locação	-	(128 436)	(473 125)	(45 731)	(647 292)
Transferências	-	(382 444)	-	-	(382 444)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3 783 075	1 258 986	616 796	1 039 393	6 698 250
DEPRECIACÕES ACUMULADAS					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(811 030)	(230 820)	(542 281)	(309 472)	(1 893 603)
Depreciações do exercício	(1 124 768)	(298 372)	(269 881)	(200 002)	(1 893 023)
Redução	-	128 436	473 125	45 731	647 292
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1 935 798)	(400 756)	(339 037)	(463 743)	(3 139 334)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	1 847 277	858 230	277 759	575 650	3 558 916

16. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

2024							
Entidade	Porcentagem participação	Ativo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Participação financeira	Ganhos e perdas (Nota 12)
Empresas do grupo							
Vasp Premium	99,7%	6 352 202	858 183	17 123 930	(407 383)	864 188	(406 161)
DPS	90%	1 051 731	406 652	1 607 333	75 364	365 469	67 827
					(332 019)	1 229 657	(338 334)
Empresas associadas							
Sdim	40%	1 008 812	261 581	3 066 386	128 984	104 632	48 345
					(203 035)	1 334 289	(289 989)
2023							
Entidade	Porcentagem participação	Ativo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Participação financeira	Ganhos e perdas (Nota 12)
Empresas do grupo							
Vasp Premium	99,7%	6 495 974	1 265 566	15 580 918	(338 570)	1 270 349	(337 453)
DPS	90%	1 271 862	331 288	1 416 680	17 854	297 641	16 012
					(320 716)	1 567 990	(321 441)
Empresas associadas							
Sdim	40%	884 083	140 719	2 791 841	49 356	56 288	19 818
					(271 360)	1 624 278	(301 623)

17. Propriedades de investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na rubrica "Propriedades de investimento" foi como segue:

	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	282 350	(110 118)	172 232
Reforço	-	(4 235)	(4 235)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	282 350	(114 353)	167 997
Reforço	-	(4 235)	(4 235)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	282 350	(118 588)	163 762

As propriedades de investimento respeitam às frações que compõem as antigas instalações da VASP, as quais não estão a ser utilizadas nas suas operações e a Empresa, estando a ser depreciadas de acordo com a sua vida útil estimada. É entendimento do Conselho de Administração que, em 31 de dezembro de 2024, o justo valor das Propriedades de Investimento é superior ao valor líquido contabilístico desses ativos a essa data.

18. Existências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica era composta exclusivamente por mercadorias do segmento não editorial.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa adquiriu existências a partes relacionadas nos montantes de 4.426.062 Euros e 9.248.131 Euros, respetivamente (Nota 28).

19. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2024			2023		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 26)	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 26)	Valor realizável
Clientes	11 411 975	(1 069 286)	10 342 689	7 237 850	(1 202 098)	6 035 752
Faturação a emitir	2 248 957	-	2 248 957	6 224 103	-	6 224 103
	13 660 932	(1 069 286)	12 591 646	13 461 953	(1 202 098)	12 259 855

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, existem saldos a receber de empresas do grupo, associadas e partes relacionadas de 1.752.401 Euros e 988.490 Euros, respetivamente (Nota 28).

20. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam perdas de imparidade apuradas e esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2024	2023
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	73 345
	-	73 345
Outros devedores:		
Pessoal	5 469	3 218
Adiantamentos a fornecedores	233 846	63 846
	239 315	67 064
Custos diferidos:		
Rendas pagas antecipadamente	373 914	368 414
Contratos com equipamentos	136 292	156 567
Gastos a capitalizar	116 156	110 033
Outros	204 862	206 276
	831 224	841 290
	1 070 539	981 699

21. Caixa e equivalentes a caixa e empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração dos fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes na demonstração da Posição Financeira naquelas datas, são como segue:

	2024	2023
Caixa	2 821	3 009
Depósitos à ordem	210 725	828 145
	213 546	831 154
Descobertos bancários	(2 547 959)	(507 619)
	(2 334 413)	323 535

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa e depósitos imediatamente mobilizáveis.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os financiamentos da Empresa têm a seguinte composição:

Empresa	Entidade financiadora	2024		2023	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Vasp	Empréstimo Novo Banco (a)	167 536	310 493	156 478	478 882
		167 536	310 493	156 478	478 882
Vasp	Factoring Milleniumbcp (b)	530 344	-	1 019 993	-
Vasp	Descobertos bancários (c)	2 547 958	-	507 619	-
		3 245 838	310 493	1 684 090	478 882

- (a) Em 29 de setembro de 2023 a Empresa celebrou, com o Novo Banco, S.A. (NB) um empréstimo no âmbito do apoio de tesouraria no âmbito da linha BEI EGF 2023 no valor de 750.000 Euros. Este empréstimo tem um prazo de 72 meses, um período de carência de capital de 6 meses, será reembolsado em 18 prestações trimestrais iguais postecipadas e tem garantia do BEI para 50% do financiamento. Este empréstimo vence juros a uma taxa de correspondente à Euribor a doze meses acrescida de 1,25%.
- (b) Em 22 de julho de 2021 a Empresa celebrou, com o Banco Comercial Português, S.A. (Millennium bcp) um contrato de factoring no valor máximo de 2.000.000 Euros, com renovações semestrais automáticas. Esta linha vence juros a taxas de mercado para operações similares.
- (c) As linhas de apoio à tesouraria têm a modalidade de descobertos bancários contratados e vencem juros a taxas de mercado para operações similares.

22. Capital Próprio

• CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, ascendia a 2.331.000 Euros, estando representado por 666 mil ações (Nota 32) com o valor nominal de 3,50 Euros, sendo detido como segue:

	2024		2023	
	Percentagem detida	Montante	Percentagem detida	Montante
Palavras de Prestígio, Lda	100,00%	2 331 000	50,00%	1 165 500
Cofina SGPS S.A.	-	-	50,00%	1 165 500
	100%	2 331 000	100%	2 331 000

• RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta reserva represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

• APLICAÇÃO DO RESULTADO DE 2023

Conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de julho de 2024, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 71.636 Euros foi transferido para resultados transitados.

• APLICAÇÃO DO RESULTADO DE 2022

Conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de maio de 2023, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 1.293.930 Euros teve a seguinte aplicação:

- 16.400 Euros para reserva legal
- 1.277.530 Euros para resultados transitados.

23. Fornecedores

Esta rubrica é relativa a valores a pagar por compras de produtos editoriais e não editoriais para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, existem saldos a pagar a de empresas do grupo, associadas e partes relacionadas nos montantes de 251.081 Euros e 1.271.470 Euros, respetivamente (Nota 28).

24. Passivos por locação

O movimento ocorrido na rubrica de passivos por locação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi como segue:

Passivos de locação	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Transporte	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3 045 467	270 200	429 575	421 157	4 166 399
Fluxos de caixa do exercício:					
Amortizações	(1 105 004)	(196 574)	(292 430)	(266 502)	(1 860 510)
Movimento sem fluxo de caixa:					
Novos contratos de locação	(23 519)	517 718	683 943	146 770	1 324 912
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1 916 944	591 344	821 088	301 425	3 630 801
Fluxos de caixa do exercício:					
Amortizações	(1 199 283)	(281 520)	(319 509)	(38 284)	(1 838 596)
Movimento sem fluxo de caixa:					
Novos contratos de locação	429 469	683 049	87 343	(220 689)	979 172
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1 147 130	992 873	588 922	42 452	2 771 377

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa mantinha responsabilidades com locações cujos vencimentos são como segue:

	2024		
	Capital	Juros	Total
2025	1 769 595	66 306	1 835 901
2026	525 403	30 532	555 935
2027 e seguintes	476 379	17 604	493 983
	1 001 782	48 136	1 049 918
	2 771 377	114 442	2 885 819
	2023		
	Capital	Juros	Total
2024	1 838 620	81 805	1 920 425
2025	1 242 798	39 702	1 282 500
2026 e seguintes	549 383	20 258	569 641
	1 792 181	59 960	1 852 141
	3 630 801	141 765	3 772 566

25. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2024	2023
Estado e outros entes públicos:		
Contribuições para a Segurança Social	119 606	109 235
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	56 874	54 570
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	30 078	42 917
Imposto sobre o Valor Acrescentado	21 199	-
FGCT - Fundo Garantia compensação trabalho	980	980
	228 737	207 702
Outros credores:		
Serviços de distribuição a pagar	707 446	776 437
Fornecedores de investimento	322 854	207 761
Outros	99 304	54 962
	1 129 604	1 039 160
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	723 433	747 584
Custo com compras de produtos não editoriais	50 976	-
Valores a pagar a editores	29 472	14 890
Proveitos a reconhecer	215 496	-
Rappel a liquidar	452 044	86 744
Custos com seguros	32 249	-
Outros	355 986	284 864
	1 859 656	1 134 082
	3 217 997	2 380 944

26. Perdas de imparidade acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, realizaram-se os seguintes movimentos no saldo da rubrica de perdas de imparidade acumuladas, as quais se encontram deduzidas ao valor do ativo de contas a receber (Nota 19):

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 714 416
Reversões	(110 634)
Utilizações	(401 684)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1 202 098
Reversões	(132 812)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1 069 286

27. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as garantias prestadas pela VASP decorrem de exigências contratuais dos contratos de fornecimento de produtos não editoriais e ascendem a 500.000 Euros.

28. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos e as transações com empresas do Grupo e associadas são as seguintes:

2024									
Empresas	Saldos			Transações					
	Empresas do grupo (Nota 19)	Cientes, conta corrente (Nota 19)	Fornecedores, conta corrente (Nota 23)	Vendas (Nota 7)	Prestação de serviços (Nota 7)	Proveitos suplementares (Nota 8)	Compras (Nota 18)	Fornecimentos e serviços externos	Resultados financeiros
VPP	1 407 316	161	-	(546 554)	(1 518 969)	(337 540)	-	519 441	(60 700)
DPS	(61 015)	-	-	(525)	(27 764)	(23 160)	-	22 809	(2 829)
SDIM - Lda	-	218 400	(1 252)	(941 597)	(15 659)	-	-	3 373	-
	1 346 301	218 561	(1 252)	(1 488 676)	(1 562 392)	(360 700)	-	545 623	(63 529)
2023									
Empresas	Saldos			Transações					
	Empresas do grupo (Nota 19)	Cientes, conta corrente (Nota 19)	Fornecedores, conta corrente (Nota 23)	Vendas (Nota 7)	Prestação de serviços (Nota 7)	Proveitos suplementares (Nota 8)	Compras (Nota 18)	Fornecimentos e serviços externos	Resultados financeiros
VPP	201 426	403 997	(28 688)	(516 961)	(521 142)	(337 540)	-	442 920	-
DPS	93 691	43 366	(29 585)	-	(12 281)	(23 160)	-	70 043	-
Sdim	-	227 061	(2 975)	(876 541)	(28 778)	-	7 317	2 183	-
	295 117	674 424	(61 248)	(1 393 502)	(562 201)	(360 700)	7 317	515 146	-

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos e as transações com partes relacionadas são as seguintes:

Empresas relacionadas	2024						
	Saldos			Transações			
	Empresas do grupo	Cientes, conta corrente (Nota 19)	Fornecedores, conta corrente (Nota 23)	Vendas (Nota 7)	Prestação de serviços (Nota 7)	Compras (Nota 18)	Fornecimentos e serviços externos
Palavras de Prestígio, Lda	1 730 000	6 163	-	-	(22 075)	-	420 500
Global Media Group		53 886	(172 063)	(9 702)	(126 634)	4 339 514	465
Grupo Bel, SA		133	(3 458)	(753)	(45)	-	3 875
Active Space Technologies, SA		-	(378)	-	-	-	1 014
Atmosferas Urbanas, Lda		1 435	-	(79 734)	(569)	-	1 382
Amaral & Filhos - Distribuição, SA		-	(23 222)	-	-	18 880	-
Bel Mobility, Lda		-	(208)	-	-	-	169
Diagonal Potencial, Lda		162	-	(12 578)	(509)	-	-
Empresa Gráfica Funchalense, SA		453	-	-	(2 268)	-	-
Lugar Especial, Lda		731	-	(38 013)	(569)	-	-
Mistério da Terra, SA		-	(12 709)	-	-	-	136 596
Tribuna da História, Lda		62	(10 018)	-	(329)	19 639	(26)
SDT, Lda		29 603	(27 773)	(2 875 997)	-	48 029	-
Spiritamicis, Lda		9 225	-	-	-	-	-
	1 730 000	101 853	(249 829)	(3 016 777)	(152 998)	4 426 062	563 975

Empresas relacionadas	2023					
	Saldos		Transações			
	Clientes, conta corrente (Nota 19)	Fornecedores, conta corrente (Nota 23)	Vendas (Nota 7)	Prestação de serviços (Nota 7)	Compras (Nota 18)	Fornecimentos e serviços externos
Palavras de Prestígio, Lda	-	(15 375)	-	-	-	62 500
Páginas Civilizadas, Lda	-	-	-	-	-	87 500
Global Media Group	70 101	(1 184 580)	(8 544)	(220 063)	9 608 831	399
Grupo Bel, SA	-	-	(68)	-	-	-
SDT, Lda	(60 405)	(318)	(887 964)	-	-	-
Tribuna da História, Lda	28	(9 851)	-	(159)	-	(7)
Spiritamicis, Lda	9 225	(98)	-	(7 500)	-	-
	18 949	(1 210 222)	(896 576)	(227 722)	9 608 831	150 392

Estas entidades têm participações diretas ou indiretas pertencem do grupo onde se encontram inseridos o acionista da Empresa (Nota 22), sendo que os saldos a receber e a pagar resultam de transações no âmbito da atividade da Empresa e não vencem juros. Os termos ou condições praticadas entre a VASP e partes relacionadas são idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação da VASP e ao processo de tomada de decisão, a Empresa apenas considera "pessoal chave" os membros do Conselho de Administração, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este Órgão. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não se verificaram transações com o Conselho de Administração.

29. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam compromissos assumidos relativos à aquisição de ativos tangíveis.

30. Remunerações dos membros dos órgãos sociais

O Conselho de Administração tem 3 membros com remuneração. Relativamente ao Conselho Fiscal nenhum membro é remunerado.

31. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Empresa gere o seu capital para assegurar as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a Empresa analisa periodicamente, para todas as empresas que dele fazem parte, a sua estrutura de capital (próprio e alheio) e maturidade da dívida, procedendo ao respetivo financiamento sempre que necessário.

A estrutura de capital da Empresa afeta às suas operações, inclui as locações divulgadas na Nota 24, caixa e equivalentes a caixa (Nota 21) e o Capital Próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe (Nota 22).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os instrumentos financeiros eram os seguintes, não existindo diferenças materiais entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor:

	2024	2023
Ativos financeiros:		
Empresas do grupo	3 076 301	295 117
Contas a receber de terceiros	12 830 961	12 400 264
Caixa e seus equivalentes (Nota 21)	213 546	831 154
	16 120 808	13 526 535
Passivos financeiros:		
Dívidas a instituições de crédito	3 556 332	2 162 972
Passivos por locação	2 771 377	3 630 801
Contas a pagar a terceiros	20 335 016	20 064 239
	26 662 725	25 858 012

A Empresa encontra-se exposto essencialmente aos seguintes riscos financeiros:

- RISCO DE TAXA DE JURO**

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis. Uma vez que a Empresa não recorre a qualquer instrumento de cobertura de taxa de juro, encontra-se exposto a alterações nas taxas de juro de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apenas tem financiamentos de médio e longo prazo (empréstimos).

- RISCO DE CRÉDITO**

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber resultantes das suas operações. Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem definidas políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de cobrança, e políticas de descontos financeiros de antecipação ou pronto pagamento.

O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- exigir garantias a clientes;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- o histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- as garantias prestadas pelos clientes;
- os seguros de crédito contratados;
- os acordos de pagamento existentes;
- as condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas de imparidade de contas a receber encontra-se divulgado na Nota 26.

A Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras, não existindo necessidade de reforçar os ajustamentos de contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as contas a receber de terceiros incluem saldos vencidos conforme segue, para os quais não foram registadas perdas por imparidade por a Administração considerar que as mesmas são realizáveis:

Saldos vencidos	2024	2023
Até 180 dias	324 768	1 079 494
De 180 dias a 360 dias	349	3 146
Mais de 360 dias	9 281	4 234
	334 398	1 086 874

- RISCO DE LIQUIDEZ**

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Para reduzir este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor de caixa e plafonds de crédito aprovados e não utilizados ascende a 9.435.242 Euros e 11.894.035 Euros, respetivamente, que no entendimento da Administração, tendo também em consideração as principais projeções de cash-flow para 2025, serão suficientes para a Empresa liquidar as suas responsabilidades financeiras correntes.



Os passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023 vencem-se como segue:

Passivos financeiros	2024			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Remunerados:				
Dívidas a instituições de crédito	3 245 839	166 457	144 036	3 556 332
Passivos por locação	1 769 595	525 403	476 379	2 771 377
	5 015 434	691 860	620 415	6 327 709
Não remunerados:				
Fornecedores e contas a pagar	18 976 675	-	-	18 976 675
Outros passivos correntes	1 358 341	-	-	1 358 341
	20 335 016	-	-	20 335 016
	25 350 450	691 860	620 415	26 662 725

Passivos financeiros	2023			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Remunerados:				
Dívidas a instituições de crédito	1 684 090	165 584	313 298	2 162 972
Passivos por locação	1 838 620	1 242 798	549 383	3 630 801
	3 522 710	1 408 382	862 681	5 793 773
Não remunerados:				
Fornecedores e contas a pagar	18 817 377	-	-	18 817 377
Outros passivos correntes	1 246 862	-	-	1 246 862
	20 064 239	-	-	20 064 239
	23 586 949	1 408 382	862 681	25 858 012

32. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício	172 755	71 636
Número médio ponderado de ações	666 000	666 000
Resultado líquido por ação (Nota 22)	0,259	0,108

O CONTABILISTA CERTIFICADO:



Jorge Manuel Andrade Pião

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:



Marco Belo Galinha



José Hernani Marques Fernandes



Rui Fernando Baptista Moura

